



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

PA Nº 118/2019

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Data da reunião: 14 de dezembro de 2020

Horário: 9h às 12h

Modalidade: Reunião por Videoconferência

No dia 14 de dezembro de 2020, às 9h45, após normalização dos serviços do G Suite, reuniu-se, na modalidade virtual, o Comitê de Governança e Gestão Participativa– CGOV, instituído pela Resolução Administrativa TRT 18ª nº 83/2018. Participaram da reunião os seguintes membros do CGOV: Desembargador-Presidente Paulo Pimenta; Desembargador Vice-Presidente e Corregedor Daniel Viana Júnior; Gil César Costa de Paula, suplente do Diretor da Escola Judicial; Alexandre Valle Piovesan, Presidente da AMATRA XVIII; Celso Moredo Garcia, Juiz Coordenador do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição; Luciano Santana Crispim, Juiz de Cooperação; Thiago Domiciano de Almeida, Secretário-Geral da Presidência; Cleber Pires Ferreira, Secretário-Geral Judiciário; Ricardo Webster Pereira de Lucena, Diretor-Geral; Robinaldo José Santos Alves, Secretário-Geral de Governança e Estratégia; Murilo de Barros Carneiro, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Luiz Henrique Maia, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; Marcelo Marques de Matos, Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional; Jorge Luís Machado, Secretário-Executivo da Ouvidoria; Suse Lane do Prado e Silva, suplente do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região; Leopoldo Siqueira Múndel, suplente do representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás; e Joelson da Conceição Lisbôa, Presidente da ASJUSTEGO.

Registro a participação dos seguintes convidados: Iara Teixeira Rios, Desembargadora do Trabalho; Maria Célia de Sene Bavaresco, Chefe da Gerência de Apoio à Governança de TIC; Álvaro Celso Bonfim Resende, o servidor aposentado e integrante da comissão de transição para a administração do TRT18 – Biênio 2021/2023; Fabíola Mendes Villela, Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social Substituta; Fernando Fonseca Magalhães, Diretor da Divisão de Informações

Funcionais; Flávia Ferreira Souza, Chefe da Gerência de Administração Orçamentária e Financeira; Gabriela Brito de Castro, Chefe da Gerência de Saúde; Gustavo da Costa Seixas, Assessor do Gabinete da Vice-Presidência; João Hélio Martins Júnior, Chefe da Gerência de Planejamento e Projetos; Karine Luiza Dall Agnol, Chefe do Setor de Apoio à Governança de Contratações; Lara Cristina Nercessian de Barros, Chefe da Gerência de Responsabilidade Socioambiental; Maísa Bueno Machado, Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos; Marcos dos Santos Antunes, Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças; Mateus Vargas Mendonça, Chefe do Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoal; Patrícia Vieira de Sousa, servidora do Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoal; Rafael Ramos Tavares, Chefe da Seção de Acompanhamento de 1º e 2º Graus; Thaís Artiaga Esteves Nunes, Chefe da Gerência de Execução de Procedimentos Licitatórios; Wilane Carlos da Silva Massarani, Diretor da Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação; Abel da Silva Mendes Júnior, Chefe da Gerência de Planejamento e Projetos Substituto; Cássia Maria Sebba kafuri, Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos; Natasha Memoria Rocha, servidora da Gerência de Responsabilidade Socioambiental; Marcos Balduino de Oliveira, Diretor da Secretaria de Auditoria Interna; Gustavo Melo Moraes, Chefe do Núcleo de Planejamento, Apoio e Contratações de TIC; Tiago André de Freitas, Assessor do Gabinete da Vice-Presidência; e Paula Rejane dos Santos Guimarães, Chefe do Setor de Apoio à Governança de Pessoas.

O Desembargador-Presidente abriu a reunião cumprimentando os presentes e, em seguida, passou à discussão dos itens constantes da pauta:

1) Apresentação dos resultados da Pesquisa de Participação Feminina-2020: A Desembargadora Iara Teixeira Rios contextualizou a origem da Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do TRT 18ª Região, da qual é coordenadora, explicando o alinhamento da Portaria TRT 18ª GP/DG nº 2589/2019, que instituiu a referida Comissão, ao objetivo número 5 da agenda 2030 da ONU, bem como à Resolução CNJ nº 255/2018. Apresentou ainda os dados da participação institucional feminina no âmbito do TRT 18ª Região, demonstrando que 55,6% dos servidores são mulheres e 44,4% são homens, e 47,2% dos magistrados são mulheres, enquanto 52,8% são homens. Quanto à ocupação de funções comissionadas e cargos em comissão, o percentual de servidoras ocupantes de cargos em comissão é inferior ao de ocupantes de funções comissionadas. Afirmou que em março de 2020 foi realizada pesquisa – por questionário Google Forms – com magistradas e servidoras do TRT 18ª Região, a qual obteve um total de 119 respondentes, valor significativo e válido para pesquisa qualitativa. Nesse instrumento, foram demonstrados os obstáculos enfrentados pelas mulheres na vida profissional em decorrência do gênero, obstáculos que também enfrentam para assunção de

cargos e funções, dentre outras questões, bem como foi revelada a média ponderada “seis” (numa escala de 0 a 10) relativa à avaliação das respondentes sobre a adoção de medidas, pelo TRT 18ª Região, que asseguram a igualdade de gênero no ambiente profissional. A pesquisa trouxe ainda diversas sugestões de medidas institucionais que podem auxiliar o público feminino na vida profissional. Ao final da apresentação, a Desembargadora explicou que está sendo realizado um plano de ação, o qual será apresentado à alta administração, com diversas iniciativas que poderão ser implementadas no âmbito deste Regional, de forma a tornar a participação feminina mais efetiva. Na oportunidade, o Desembargador-Presidente ressaltou a importância de uma pesquisa dessa natureza, por revelar dados extremamente significativos e possibilitar ir além de uma percepção imaginada, trazendo, assim, oportunidades de melhoria à gestão deste Regional.

2) 3ª RAE Institucional de 2020:

2.1) Comparação da missão, visão, valores e swot da JT x TRT-18ª para a Estratégia 2021-2026: O Secretário-Geral de Governança e Estratégia apresentou uma confrontação entre elementos de identificação organizacional (missão, visão e valores) junto à análise swot do próximo Plano Estratégico da Justiça do Trabalho com aqueles percebidos pelo TRT da 18ª Região a partir da oficina realizada neste Tribunal no primeiro semestre. Salientou que as informações ali contidas eram provenientes do trabalho realizado em acordo com as Resoluções CNJ nº 325/2020 e CSJT nº 259/2020, que cuidam respectivamente da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e do Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho. Após discussões e ponderações, **deliberou-se por aprovar o documento, com as modificações a) manter a “missão” idêntica à da Justiça do Trabalho, conforme determinação contida no inciso I do art. 22, da Res. CSJT nº 259/2020; b) manter a “visão” conforme o texto estabelecido pelo nosso Tribunal, acrescentando apenas a qualificação “sustentável” à expressão “desenvolvimento do país”; c) ajustar os “valores” do nosso Tribunal aos da Justiça do Trabalho, acrescentando ainda a “Participação Social” de forma a adequar à realidade já existente em nosso Regional, que já conta com essa prática, sendo, inclusive, expressa nas reuniões do CGOV; d) excluir os itens “processos de governança corporativa incipientes” e “impossibilidade momentânea de realização de correições ordinárias presenciais” das “fraquezas” da análise swot; e) alterar, em “ameaças”, na análise swot, “ataques frequentes à Justiça do Trabalho” por “questionamento da relevância dos direitos sociais e da Justiça do Trabalho”. O resultado final compilado segue abaixo:**

MISSÃO	Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.
VISÃO	Ser reconhecida pela sociedade como instrumento de justiça efetiva, ágil e comprometida com a garantia dos direitos de todos os envolvidos nas relações de trabalho, com vistas à pacificação social e ao desenvolvimento sustentável do país.
VALORES	Ética; acessibilidade; agilidade; eficiência; transparência; inovação; valorização das pessoas; sustentabilidade; efetividade; comprometimento; segurança jurídica; respeito à diversidade; e participação social.
FORÇAS	Estruturas físicas e tecnológicas adequadas; corpo técnico qualificado; celeridade na prestação jurisdicional; alto índice de conciliação; governança de TIC consolidada; processo judicial eletrônico; padronização dos sistemas administrativos; regime de teletrabalho; transparência nas informações.
FRAQUEZAS	Insuficiência da força de trabalho em face da EC 95/2016; pouca integração entre magistrados e servidores; ausência de critérios objetivos para distribuição de gratificações; gestão por competências incipiente; ausência de regulamentação sobre força de trabalho na área administrativa; redução do quadro de servidores no segundo grau por força da Resolução CNJ nº 219/2016; alto índice de percepção de assédio moral.
OPORTUNIDADES	Estabilização da demanda processual em comparação com o período anterior (quinquênio); fortalecimento da imagem da Justiça do Trabalho diante das consequências advindas da <i>Covid-19</i> ; amadurecimento e popularização de novas tecnologias; ampliação e flexibilização do teletrabalho; fortalecimento da cultura de governança; realização de parcerias e colaboração interinstitucional para suprir carências de servidores em áreas específicas.
AMEAÇAS	Cenário econômico desfavorável; restrição orçamentária e de pessoal; questionamento da relevância dos direitos sociais e da Justiça do Trabalho; pandemias; desvalorização da carreira de servidor público.

2.2) Apresentação de resultados dos indicadores do Plano Estratégico do TRT-18:

Foram apresentados os resultados dos indicadores do Plano Estratégico do TRT-18 e respectivas análises críticas, as metas para o ano de 2020, bem como as iniciativas que estão sendo realizadas para o atingimento delas, conforme documento juntado às fls. 721/844. Os indicadores da área-fim foram apresentados pelo Diretor da Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação e os demais pelos titulares das unidades responsáveis pelo cumprimento das metas.

No tocante ao “Índice de processos julgados no 1º grau”, o Desembargador-Presidente assinalou a clara dificuldade de adesão às audiências de instrução telepresenciais, o que contribuiu para o não cumprimento da meta estabelecida. Sobre o “Índice de execução”, foi explicado pelo Diretor da Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação que está sendo analisada a motivação para

a queda deste índice em novembro, ao que o Secretário-Geral Judiciário afirmou haver como hipótese o impacto da implementação no novo sistema “Sisbajud”, em substituição ao “Bacenjud” nas execuções, uma vez que o bloqueio de valores deixou de ser automático. Além disso, foi apontado pelo Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional e ratificado pelo Desembargador-Corregedor que o bom desempenho dos meses anteriores tem motivação na aplicação da prescrição intercorrente.

Foi apontada ainda a preocupação com uma provável queda nos indicadores de “Tempo médio de duração do processo”, ao fim da pandemia do *Covid-19*. Isso porque o número de processos julgados, computado na forma de cálculo deste indicador, tende a aumentar após o período sinalizado. Todavia, foi esclarecido que tal meta não constará do próximo Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, embora continue sendo acompanhada pela Corregedoria Regional.

O Diretor-Geral teceu considerações sobre o “Índice de execução do orçamento disponibilizado”, evidenciando dificuldades com a execução do orçamento durante a pandemia, uma vez que muitas empresas ganhadoras da licitação não tiveram condições de prestar os serviços acordados.

Foi esclarecido também, na apresentação do “Índice de cumprimento das metas previstas no Plano de Logística Sustentável”, que o aumento com a telefonia deveu-se ao redirecionamento de chamadas para celulares, no período de teletrabalho, ocasionado pela pandemia.

Quanto ao “Tempo médio de duração do pedido de concessão de benefícios a magistrados”, foram apresentadas, pelo Chefe da Gerência de Planejamento e Projetos, ponderações relativas à forma de cálculo do indicador. Após análise e em virtude de já estar estabelecido que não serão feitas manutenções evolutivas no Sisdoc e ainda de haver pouco prazo de vigência do atual Plano Estratégico, **deliberou-se pela manutenção da meta em 10 dias.**

Em relação ao “Coeficiente de acessibilidade à jurisdição”, o Secretário-Geral Judiciário trouxe sua opinião pela exclusão deste indicador para o próximo Plano Estratégico do Tribunal, tendo em vista a nova realidade vivenciada pela pandemia, que possibilitou a ocorrência – de maneira eficiente – de audiências telepresenciais. Em momento oportuno, será debatida tal consideração.

Por fim, ao abordar o “Índice de execução do plano de ação voltado à prevenção e/ ou desjudicialização de litígios relacionados ao ODS 8 da Agenda 2030 (Meta 9 do Poder Judiciário)”, houve discussões acerca da queda no índice de conciliação nos processos referentes a acidente de trabalho (de 19,28% em 2019 para 15,34% em 2020), movimento contrário ao aumento da conciliação no órgão (de 50,3% em 2019 para 55,5% em novembro de 2020). Dentre algumas

possibilidades, foi considerado que boa parte dos acordos em acidentes de trabalho acontece depois da perícia, o que pode estar influenciando negativamente, neste momento, o indicador.

2.3) Projetos Institucionais, Estratégicos e Setoriais: O Chefe da Gerência de Planejamento e Projetos informou que neste ano 59 projetos tramitaram no Tribunal, sendo 50 estratégicos (21 em andamento, 2 não iniciados e 27 concluídos); 6 institucionais (5 em andamento e 1 cancelado) e 3 setoriais (2 em andamento e 1 encerrado). Em seguida, apresentou o grau de execução de cada um dos processos em andamento, de acordo com Relatório de Projetos juntado às fls. 833/843.

2.4) Resumo dos dados relativos às reuniões do CGOV: Em complemento aos itens de pauta, a servidora Paula Rejane apresentou os dados relativos às reuniões do Comitê de Governança e Gestão Participativa do biênio 2019-2020. Apresentou dados relativos a cada ano, tais como quantidade de reuniões e de itens de pauta, discriminando aprovações ou revisões de planos e de políticas, e ainda o quantitativo de deliberações – com a discriminação por *status*. O resumo segue no quadro a seguir:

2019	9 reuniões (3 RAEs Institucionais, 3 RAEs - TIC, 3 reuniões ordinárias)	43 itens de pauta (15 aprovações ou revisões de planos, 8 aprovações ou revisões de políticas, 20 assuntos diversos)	46 deliberações (44 concluídas, 1 em andamento, 1 aguardando)
2020	8 reuniões (1 RAE mista, 2 RAEs Institucionais, 2 RAEs - TIC, 3 reuniões ordinárias)	46 itens de pauta (10 aprovações ou revisões de planos, 4 aprovações ou revisões de políticas, 32 assuntos diversos)	32 deliberações (25 concluídas, 2 em andamento, 1 não iniciada, 2 aguardando e 2 canceladas)

Ao final da reunião, foram trazidas considerações e mensagens de agradecimento à gestão deste biênio, oportunidade na qual o Secretário-Geral da Presidência enalteceu a importância do Sistema de Governança Institucional, parabenizando o trabalho da SGGOVE e de seu Diretor, Robinaldo Alves, além de valorizar o trabalho de todas as unidades administrativas do Tribunal, fazendo registrar sua gratidão. Outrossim, o Vice-Presidente, Desembargador Daniel Viana Júnior, elogiou as reuniões do CGOV, acrescentando terem-lhe sido uma fonte de aprendizado, e parabenizou o Presidente pelo senso republicano, sustentando pretender dar continuidade aos avanços alcançados. Por sua vez, o Desembargador-Presidente agradeceu a colaboração de todos os envolvidos na administração, fazendo destaque à parceria e à disposição do servidor Robinaldo Alves em transmitir conhecimentos sobre funcionamento administrativo muito antes de iniciar a

gestão e rendendo ainda homenagens aos servidores que se empenharam com afinco na consecução dos resultados obtidos em seu mandato.

Sem mais discussões, a reunião foi encerrada às 13h13. Eu, Paula Rejane dos Santos Guimarães, Chefe do Setor de Apoio à Governança de Pessoas, lavrei esta ata, que foi assinada por mim e pelos membros do CGOV.

A S S I N A T U R A S

[Documento assinado eletronicamente por]

PAULA REJANE DOS SANTOS GUIMARAES

CHEFE DE SETOR FC-3

THIAGO DOMICIANO DE ALMEIDA

SECRETARIO-GERAL DA PRESIDENCIA CJ-4

GIL CÉSAR COSTA DE PAULA

SECRETÁRIO-EXECUTIVO CJ-1

MARCELO MARQUES DE MATOS

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

RICARDO WEBSTER PEREIRA DE LUCENA

DIRETOR-GERAL CJ-4

PAULO SÉRGIO PIMENTA

DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL

CLEBER PIRES FERREIRA

SECRETARIO-GERAL JUDICIARIO CJ-4

CELSO MOREDO GARCIA

JUIZ TITULAR

LUIZ HENRIQUE MAIA

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

DANIEL VIANA JÚNIOR

DESEMB. VICE PRES. TRIBUNAL

MURILO DE BARROS CARNEIRO

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

ROBNALDO JOSÉ SANTOS ALVES

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNANÇA CJ-4

JORGE LUIS MACHADO

SECRETÁRIO DA OUVIDORIA FC-6

SUSE LANE DO PRADO E SILVA

LUCIANO SANTANA CRISPIM

JUIZ TITULAR

ALEXANDRE VALLE PIOVESAN

JUIZ SUBSTITUTO

JOELSON DA CONCEIÇÃO LISBÔA

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

LEOPOLDO SIQUEIRA MÜNDEL

Goiânia, 5 de janeiro de 2021.